

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

4 de Março de 2009

21.ª Reunião

Ordem de trabalhos:

Audição do Sr. Dr. Teófilo Carreira,
Accionista e membro da Administração da SLN

Índice remissivo

A

A Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira) · 3, 4, 5, 6, 9, 44, 56, 67, 77, 78, 101, 103

H

Honório Novo (PCP) · 3, 6, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Hugo Velosa (PSD) · 5

J

João Semedo (BE) · 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

L

Leonor Coutinho (PS) · 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

M

Miguel Macedo (PSD) · 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 96, 101, 102, 103

R

Ricardo Rodrigues (PS) · 4

T

Dr. Teófilo Carreira (ex-administrador do BPN) · 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 19 horas e 5 minutos.

Vamos dar início à nossa reunião, pelo que pedia que fosse solicitada a entrada na sala do Sr. Dr. Teófilo Paulo Cádima Carreira. Mas, como, entretanto, pede a palavra o Sr. Deputado Honório Novo, dou-lhe, de imediato, a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Queria formalmente deixar dito, até para registo em acta, que deram hoje entrada, e suponho que já estão na posse da Sr.^a Presidente, dois questionários para serem, suponho, traduzidos em espanhol para serem dirigidos ao Sr. Alejandro Agag e para os jornalistas, autores de um livro que foi pedido por esta Comissão.

Naturalmente, é uma proposta de questionário, feita por nós, que deve, dentro de muito poucos dias, circular para, eventualmente, acrescento de perguntas a fazer a estas três pessoas. E isto no mínimo tempo possível, porque ainda têm que ser enviados para Espanha, etc.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Como habitualmente, distribuirei, de imediato, esta proposta de questionário e pedia a todos os Srs. Deputados, que entenderem

acrescentar alguma pergunta àquelas que estão formuladas nestes requerimentos do PCP, o favor de p fazer o mais tardar até sexta-feira desta semana para podermos encaminhar para a tradução.

No caso de não chegarem perguntas novas, seguirão estas tal como formuladas nos requerimentos que vos serão distribuídos de imediato.

O Sr. Deputado Ricardo Rodrigues pede a palavra, pelo que lha dou, de imediato.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Não sei qual é o procedimento nesse caso concreto, nem sei se se aplica o Código do Processo Penal, porque, nesse caso, era uma carta rogatória. Mas, não sei. Quer dizer, manda-se o questionário para a residência dos senhores e eles respondem?

Era só para confirmar, dada a minha ignorância sobre o procedimento.

A Sr.^a Presidente: — Sim, a ideia seria proceder dessa maneira, usando, digamos, o expediente utilizado em termos de Código de Processo Penal, por analogia.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Então, é por carta rogatória?

A Sr.^a Presidente: — Exactamente.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — E pedido a quem? A um tribunal ou ao parlamento espanhol?

A Sr.^a Presidente: — Acho que, neste caso, nós podemos pedir aos próprios e, se eles entenderem não responder, aduzirão as suas razões. De qualquer das maneiras, aquilo que acho importante é que um questionário desta natureza contivesse contributos que considerassem adequados todos os membros da Comissão de Inquérito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Obrigado, Sr.^a Presidente.

Penso que será mais razoável que seja circulada pelos Grupos Parlamentares ou pelos Deputados essa hipótese de questionário, mas julgo que deveríamos deixar a decisão sobre a forma como o vamos fazer para depois.

Eu, pelo menos, gostaria de ver, em termos da legislação aplicável, porque o que é preciso é evitar que se caia numa situação de tentar obter de uma determinada pessoa, neste caso, de um estrangeiro, respostas sobre determinadas perguntas, a que ele não responde e, depois, tenhamos que seguir outro método.

Acho que seria mais razoável, e nesse sentido, apelo à Sr.^a Presidente, dar, numa próxima reunião, a nossa opinião sobre a matéria, isto é, como é que, do ponto de vista legal, se deve seguir, por analogia, o Código de Processo Penal e em que termos para obter esse tipo de informação, porque a pior coisa que pode acontecer à Comissão é cair um pouco no ridículo, desculpe o termo, de perguntarmos a alguém sobre uma série de questões e, depois, esse alguém, pura e simplesmente, não

responder e não termos nenhum fundamento para fazer com que responda.

É, portanto, isso, temos de ter esse cuidado.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não vejo mal que se procure ver os mecanismos que podem ser aplicados a uma iniciativa deste tipo e até por analogia com situações precedentes que, eventualmente, haja.

Agora, tenho consciência que esta Comissão de Inquérito, relativamente a cidadãos nacionais, tem uma certa prerrogativa, mas não terá, certamente, em relação a cidadãos estrangeiros. E, portanto, não atendo e porque não se trata de uma iniciativa minimamente equiparável, para eles cidadãos estrangeiros, a uma iniciativa do foro dos tribunais, creio eu, não podemos, independentemente dessas iniciativas e pesquisa que se faça, fazer mais do que convidar as pessoas a responder a um questionário feito e decidido no âmbito desta Comissão de Inquérito, com estes poderes e estas finalidades: descrever a situação da Comissão, os objectivos, enquadrar a realização deste questionário e, naturalmente, convidar as pessoas em causa a responder. Se elas entenderem responder, respondem, se não entenderem, nós registamos e creio que não vamos poder fazer mais do que isso.

Também não queria entrar, mais uma vez, em processos morosos que atrasem demasiado um procedimento, que parece que é relativamente fácil de ter e que não deve causar problema nenhum.

A Sr.^a Presidente: — Muito bem.

De qualquer das maneiras, falarei depois com os coordenadores e, para já, distribuía estas propostas de questionário e, depois, falaríamos sobre os *modus faciendi*, que pode ser mais informal, de uma carta-convite às pessoas e, em função da sua vontade de colaborar ou não, logo se vê.

É uma diligência que nós efectuaremos e até pode ter diferentes respostas em função dos destinatários do questionário.

Vamos, agora, pedir ao nosso convidado de hoje para entrar na sala para darmos início, de imediato, à sua audição.

O Sr. Deputado Nuno Melo requereu pergunta/resposta e, mesmo sendo pergunta/resposta, comprometeu-se a usar do tempo, o mais possível, de uma maneira contida.

Pausa.

Em nome da Comissão, queria cumprimentar o Sr. Dr. Teófilo Carreira, agradecer-lhe ter-se disponibilizado a prestar declarações, aqui, na Comissão e queria dizer-lhe o seguinte: nós vamos usar a metodologia de pergunta/resposta nesta audição, que terá início com uma intervenção do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

Queria, no entanto, pedir-lhe, para que todos os Deputados fiquem situados relativamente à personalidade convidada, que nos fizesse um resumo curtinho da sua vida profissional e, desde já, pedia-lhe desculpa da minha incapacidade e da minha limitação de voz.

Tem a palavra, Sr. Dr., faça favor.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira (ex-administrador do BPN): — Antes de mais, muito boa tarde a todos.

Para mim é um prazer estar nesta Comissão de Inquérito e espero poder contribuir com todos os esclarecimentos sobre o que me for colocado, se eu puder e souber, para o que estou à vossa disposição.

Eu entrei no Banco Português de Negócios em 1998, como director regional de Leiria e com funções na área comercial.

Tinha como cargo, obviamente dentro da política definida pelo banco, expandir a rede de agências na zona e foi o que fiz, e, portanto, ao longo do meu percurso, como director regional, fui dinamizando o negócio bancário e fui abrindo agências na zona. Penso que, provavelmente, terei aberto cerca de 25 agências na zona de Leiria e também na de Ourém.

Esta foi sempre a minha função, ou seja, eu sempre estive no Banco Português de Negócios e nunca participei em mais nenhum cargo de qualquer empresa do Grupo SLN.

Em Fevereiro/Março de 2006, fui convidado pelo Dr. Oliveira e Costa para administrador comercial, na sequência de um trabalho que tinha sido encomendado por uma equipa de consultores externos, em que se fez diversas *démarches* junto da rede com a perspectiva de alterar o modelo de negócio e a forma de abordagem do modelo de negócio junto do mercado.

Portanto, até aqui, havia dois administradores comerciais, um no Norte e um no Sul, que, digamos, tinham a responsabilidade pela gestão das agências, a nível nacional, e eu fui incumbido de implementar um

novo modelo de segmentação em que o banco passou a ter uma abordagem diferente junto do mercado, sendo que criámos a rede de empresas e a rede de agências, ou seja, digamos, houve aqui uma alteração substancial relativamente ao modelo antigo.

Os pelouros que, na altura, me foram propostos e que estavam sob a minha responsabilidade eram: o pelouro da rede comercial, exclusivamente rede de empresas e rede de agências, sendo a rede de agências na ordem de 200 agências e a rede de empresas, penso que, na altura, de 13 centros de empresas. Tinha também o pelouro das redes promotoras de *project finance* e tinha a sucursal de Paris, BPN Banco com quatro agências.

Portanto, em resumo, é este o meu enquadramento, o mais sintético possível.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr.

Vou, então, dar a palavra ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, que fará, penso eu, perguntas concisas e pedia ao Sr. Dr. que desse também respostas concisas.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado, Sr.^a Presidente.

Agradeço igualmente ao Sr. Dr. a oportunidade que nos dá.

Para começar, pergunto-lhe algumas coisas sobre Contas Investimento.

O Sr. Dr. foi director-coordenador, não é assim?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exactamente!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Teve conhecimento da comercialização de produtos chamados Contas Investimento nos seus balcões?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exacto!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É capaz de nos explicar em que consistiam estes produtos.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Com certeza!

Quando entrei para o BPN, em 1998, já existia o produto Conta Investimento – que era designado por aplicação financeira e depois passou a ser Conta Investimento.

Que me lembre, durante vários anos, era um produto comercializado na rede comercial. Esse produto consistia, essencialmente, num contrato que se fazia com os clientes, individualmente, e esse contrato permitia ao banco fazer uma gestão com mandato do cliente. Isto é, o banco podia, através desse contrato, aplicar em fundos de investimento imobiliário e, em contrapartida, o banco garantia o retorno do capital e uma rendibilidade que seria ajustada e garantida ao cliente durante o período que fosse contratado.

Quando assumi as funções de administrador comercial, em 2006, essa carteira já era bastante volumosa, obviamente que vinha de trás, na ordem dos 500 e tal milhões de euros, embora eu não saiba o número

exacto, e, obviamente, como era um produto que estava instituído no banco, eu continuei a dar seguimento à sua comercialização.

O que aconteceu, entretanto, foi que, ainda no meu curto período de tempo como administrador, foi-me apercebendo que o produto não estava estandardizado, ou seja não era como um produto de depósito normal, e tomei algumas medidas, durante o meu mandato, no sentido de procurar, por um lado, enquadrar o produto, porque não fazia sentido gerir o produto de forma manual, o produto tinha de estar estandardizado, não poderia nem deveria estar a ser gerido da forma como o estava a ser e, por outro lado, como essa situação não aconteceu, eu tomei a iniciativa de, pura e simplesmente, durante a minha gestão, acabar com a comercialização deste produto, não só porque havia algumas complicações na gestão do produto, mas também porque – e esta era uma outra questão, que fui averiguando à medida que ia acompanhando o negócio –, a rentabilidade que os fundos de investimento imobiliário estavam a dar não compensavam as taxas que estávamos a garantir aos clientes, o que quer dizer que havia aqui um prejuízo económico para o banco, o que me levou, repito, a tomar a iniciativa de, junto da rede comercial, acabar com a comercialização desse produto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, Sr. Dr., presumo que estas Contas Investimento fossem vendidas como se se tratasse de um depósito a prazo, basicamente?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — De certa forma, sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o que é que o cliente do banco recebia como garantia da taxa que o banco oferecia?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Recebia um documento, tipo promissória, que, embora não sendo bem uma promissória, era um documento em como se garantia o capital e a taxa de juro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Certo.

Sr. Dr., donde é que recebia e de quem as instruções para comercializar este produto?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Quando eu assumi funções o produto já existia e, por isso, desconheço quem montou o produto e quem o criou. Sinceramente, não faço ideia! O produto já existia em 1998.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, mas enquanto director-coordenador?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Recebia instrução do meu administrador, como é óbvio.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Que era?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Na altura, era o Dr. Fragoso Sousa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, o Dr. Fragoso Sousa. Só?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Só, porque o banco estava dividido em duas áreas: a Norte e a Sul. Portanto, no Norte, havia um outro administrador e eu reportava ao do Sul.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., e eram definidos objectivos comerciais pela administração para a captação deste produto, ou não?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eram definidos objectivos comerciais para a captação desse produto. Ou melhor, digamos que ele já estava englobado, no sistema de informação de gestão que existia, e penso que ainda existe, na rubrica «captação de recursos», ou seja, ele fazia parte dos objectivos e do orçamento da rede comercial.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E quem definia esses objectivos?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Normalmente, era o conselho de administração.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Todo ele. Parece-lhe que seria uma decisão partilhada do conselho de administração?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei. Na altura, não sei. Penso que talvez não fosse partilhada por toda a gente, porque era um produto que, digamos, estava ali um bocado desenquadrado, não era um produto tipificado, não era um produto-tipo.

Mas eu não sei, sinceramente, quem é que tinha a responsabilidade da gestão daquele produto em termos operacionais. Enfim, desconheço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sendo este produto, necessariamente, objecto de registos, porque é vendido, é emitida a promissória, enfim, havia um pagamento feito em sua função, acha possível que a auditoria interna do BPN nunca tenha mencionado as Contas Investimento nos seus relatórios de auditoria interna?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu desconheço se, alguma vez, a auditoria interna revelou ou não isso. Sinceramente, não sei! Ou seja, nunca vi nenhum relatório da auditoria interna do banco, a não ser os relatórios das auditorias internas que eram feitos às agências. Agora, nunca vi um relatório ou, pelo menos, nunca me mostraram algum relatório da auditoria interna onde se focasse essa questão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E enquanto administrador, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Nem enquanto administrador.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, estes relatórios da auditoria interna como é que eram obtidos, como é que se processava o pedido, como é que isso se processou...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu nunca tive acesso a nenhum relatório da auditoria interna feito globalmente. Ou seja, o relatório da auditoria interna de que eu tive conhecimento e a que tinha acesso era aos relatórios das auditorias internas feitos à rede comercial. Esses eram feitos com muita frequência.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., mas, independentemente desse facto, certamente que, enquanto administrador, terá constatado que sobre os clientes a quem eram vendidas Contas Investimento como depósitos a prazo, eram posteriormente e nessa mesma conta de cliente subscritas unidades de participação de fundos imobiliários fechados no BPN, ou não é assim?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, é verdade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se tivermos em conta que a rentabilidade dos fundos fechados era, em média, muito inferior àquela que era a rentabilidade contratada com o cliente – parece-me que será assim –, nunca se questionou, enquanto administrador, de onde vinha a diferença no vencimento da aplicação para pagar ao cliente?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sinceramente, não porque não estava sob a minha responsabilidade essa gestão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É que essa diferença não era certamente contabilizada no balanço do BPN. Ou não é assim?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não faço a mínima ideia, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Volto a insistir na auditoria interna: o Sr. Dr. acha plausível que a auditoria interna não tenha, ao longo dos anos, constatado de onde vinha essa diferença?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Plausível não é, mas, sinceramente, eu nunca tive acesso a nenhum relatório da auditoria interna que focasse isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., essa diferença vinha ou não vinha do Banco Insular?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não faço a mínima ideia, muito sinceramente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., nunca foram feitas consultas às contas, nem quando o Sr. Dr. era responsável em diferentes níveis, e aos produtos vendidos nas diferentes dependências? Quer dizer, não chegava ninguém ao banco e dizia: quero ver quais são os produtos

que vendem, qual é a rentabilidade oferecida, em que é que esses produtos se transformam, enfim, para reportarem superiormente?

O Sr. Dr. enquanto conhecedor, ao nível dos balcões, do que se estava a passar ou do que estava a ser vendido, nunca constatou a autoria interna a fazer perguntas sobre esses produtos? E pergunto: acha normal, a não se recordar, que essas perguntas não tivessem sido feitas?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Nunca tive qualquer conhecimento de qualquer constatação em relatórios da auditoria interna às agências sobre a matéria.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr., Dr., nos conselhos de administração em que participou, quer com o Dr. Oliveira e Costa quer com o Dr. Abdool Vakil, nem um nem outro nunca falaram destes fundos, de como se processavam, de como eram discutidos?...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Como é que o Sr. Dr., enquanto administrador, explica que – enfim, isto é do conhecimento directo do um produto que vendia – que se venda esta espécie de depósitos a prazo e que, depois, sejam transformados em unidades de participação de fundos imobiliários fechados no BPN? Isto é factual!

Portanto, como é que o Sr. Dr. explica essa transformação de uma coisa noutra, sabendo da diferente rentabilidade dos produtos?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Só me apercebi do diferencial já em 2007, após um levantamento que foi feito, em que verifiquei que havia, realmente, um diferencial em que a rentabilidade dos fundos era inferior à rentabilidade que nós estávamos a pagar aos clientes.

E foi, essencialmente, a partir dessa altura que tomei, numa primeira fase, as medidas para deixar de comercializar o produto e, depois, definitivamente acabei com ele.

De resto, não sei como é que ele era, digamos, operacionalizado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., isso acaba em Março/Abril de 2008. Não é assim?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Eu tomei a medida no Verão de 2007, em que proibi a comercialização do produto a novos clientes, entre outras situações, e em Janeiro de 2008 dei indicação para desmobilizar todas as aplicações que ainda existiam.

Portanto, essas aplicações tinham vários vencimentos que iam ocorrendo ao longo do ano, não sei precisar, mas, provavelmente, talvez por Julho ou Agosto terá acabado o produto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, quando o Sr. Dr. acaba com o produto, não se questionou nem questionou ninguém sobre este diferencial?

Sr. Dr., percebi que relevou nessa avaliação, quando há pouco nos deu essa explicação, a perspectiva do interesse do banco e do juro pago

que considerou inoportável. Compreende-se que um administrador faça isso e...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Bom, e também o facto de ele não estar estandardizado, era um produto que tinha que ser, digamos, gerido ou, pelo menos, acompanhado de forma muito manual e eu entendi também que não havia condições para continuar a gerir uma carteira desta natureza dessa forma.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso compreende-se, mas, enquanto administrador, o Sr. Dr. não se questiona?

Quer dizer, o Sr. Dr. é um administrador, para além do mais, com muitos anos de carreira e com muito conhecimento da área e sabedor, enfim, dos diferentes produtos que o banco oferecia e, então, o Sr. Dr., quando acaba com este produto em concreto, não chama ninguém, não diz: vamos apurar como é possível o banco «oferecer carne» e «vender peixe» sem que as pessoas percebam logo da diferença que, enfim, resultaria à evidência?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — A taxa de rentabilidade dos fundos não é sempre igual, ela variava muito, e eu só tomei consciência e conhecimento, porque, obviamente, fiz algumas indagações da rentabilidade desses fundos em 2007 e, sinceramente, para trás, não sei se, alguma vez, alguém colocou alguma questão sobre essa matéria.

Portanto, eu entendi que, efectivamente, não fazia sentido continuar a comercializar um produto que estava a trazer prejuízo económico para o banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. acha possível que a BPN Imofundos pudesse ter fundos imobiliários desconhecendo esta realidade?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não eram geridos pela Imofundos. Eu não tenho a certeza de quem fazia a gestão, se era a Imofundos se era a gestão de activos. Não tenho a certeza, sinceramente, de quem é que fazia a gestão dos fundos imobiliários fechados.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas acha possível, Sr. Dr., que isso fosse feito com o desconhecimento do esquema que eu descrevi e que o Sr. Dr. conheceu?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei. Sinceramente, não sei.

Vou explicar: a área comercial angariava o negócio e os clientes, esta era essa a nossa função. Depois, a partir daí, a gestão dos fundos não era da minha responsabilidade e eu não sei, depois, como é que era. E eu também não participava na BPN Imofundos e esse assunto também nunca foi abordado no conselho do BPN SA, onde eu participava.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., o que é a Jarede?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei, desconheço completamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. não reconhece a Jarede como um veículo *offshore* parqueado no Banco Insular e que, entre outros fins, servia para buscar dinheiro que cobriria as Contas Investimento quando estas não tinham os rendimentos prometidos ao cliente?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconhecia, completamente, todas operações feitas fora do Banco Português de Negócios.

Eu, enquanto administrador do Banco Português de Negócios, só intervim em operações, que eram operações normais e que, portanto, entravam na rede comercial, todas eram analisadas pela área de risco. Portanto, eu só intervim nessas operações e essas operações estão todas registadas – aliás, eu desconhecia outro tipo de operações ou veículos *offshore*, ou o que quer que seja, pelo menos, enquanto estive como administrador e, mesmo como director, ainda muito mais.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., mas há aqui uma questão que é quase aritmética: quando é vendida uma ou várias Contas Investimento, enfim, a muitos clientes, e chega o momento de pagar o juro – isto é uma questão de deve e haver –, se feitas as contas o dinheiro não chega para pagar aquilo que era prometido aos clientes através dessas Contas Investimento, tinham que ir buscar o dinheiro a algum lado. De onde é que vinha o dinheiro, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não era eu que fazia esse acompanhamento, eu não sabia onde é que iam buscar o dinheiro e como é que iam pagar esse juro do cliente.

Eu não tinha qualquer conhecimento dessa situação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas o Sr. Dr., enquanto director-coordenador da zona de Leiria, por exemplo, e administrador do BPN em áreas comerciais, suponho que excluindo o *private banking*...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., na zona de Leiria, por exemplo, como é que o Sr. Dr. controlava o produto, a sua rentabilidade, os pagamentos que eram assegurados e o fluxo do dinheiro?

Quer dizer, se o banco tem 100 e oferece ao cliente um juro de 5% na base de depósitos desse valor, esses 5% tem que vir de algum lado e, se o dinheiro não vem mas aparece, enfim, o director-coordenador não se questiona?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — O dinheiro aparecia. Nós, pagávamos o juro ao cliente na data certa, no vencimento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o dinheiro vinda de onde?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei. Sinceramente, não sei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nem se questionou?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., descreva-nos, por favor, a operação *Homeland*.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Essa situação foi abordada, na altura, pelo presidente Oliveira e Costa para se apresentar uma proposta através da área comercial, proposta essa que não chegou a ser apresentada.

Portanto, essa operação, tanto quanto julgo saber e tenho quase a certeza, não chegou a ser aprovada através do BPN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Terá sido uma operação que o Sr. Dr. reprovou?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Bem, eu não tinha poderes para reprovando operações.

Normalmente nas minhas intervenções, quando muito, dava pareceres favoráveis ou desfavoráveis, mas, no caso dessa operação, nem sequer chegou a entrar no sistema, ou seja, a proposta informática, a chamada proposta electrónica, não chegou a ser formalizada e, portanto, ela não...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E em que é que consistia esta proposta, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — O que me recordo é que, efectivamente, era um fundo fechado que consistia na compra de uns terrenos, ao que parece, porque não tenho a certeza, na zona de Oeiras, para se instalar, eventualmente, o IPO. Mas eu não me recordo muito bem da configuração completa desta operação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. não confirma que essa operação, depois, acabou por ser aprovada no *private banking*?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Tenho conhecimento disso. Mas desconheço quem, como e em que modos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, como é que tem conhecimento, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — *A posteriori*.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas como?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Através de consulta no sistema informático do banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o que é que lhe resultou dessa consulta, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Que tinha sido concedido o crédito, na altura.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o registo informático não esclarece a origem...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Diz qual é o código. Normalmente, quando uma conta é carregada, sabe-se qual é o código do balcão ou se é *private* ou não. Só isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E sendo *private*...?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Tem um código específico.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E não identifica por aí a origem do *private*?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não identifica. Eu, aí, como não tive acesso nem participei na aprovação da operação, não sei. Agora, no *private* identifica. Portanto, tem lá o código do *private* e quando se entra no sistema, sabe-se se a operação é canalizada através, digamos, da rede A, B ou C, ou do Centro de Empresas, e, enfim, o *private* tem um código que está registado. É só por isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., este tipo de procedimento, a passagem de operações para o *private banking*, era frequente ou não?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu desconheço como é que funcionava o *private*. O que sei é que as operações do *private*, digamos, não eram discutidas nem aprovadas em sede do conselho de administração do BPN, SA, onde eu participava.

O administrador que tinha o pelouro do *private* despachava directamente com os responsáveis que tratavam disso. Portanto, nunca passava por mim, como administrador comercial.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, portanto, não nos pode ajudar muito mais nesse *dossier*.

Enfim, nós já referimos aqui, mas pergunto-lhe: o Sr. Dr. participou nas administrações de que presidentes?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Particpei, entre Março de 2006 e Fevereiro de 2008, na gestão do Dr. Oliveira e Costa, e, depois, participei na gestão do Dr. Vakil, naquele período de transição até 24 ou 25 de Junho de 2008, durante sensivelmente quatro meses.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., se há dado que esta Comissão certamente terá como assente é o do conhecimento, pelos membros dos conselhos de administração, daquilo que os documentos

designados por *Estado da nação*, numa primeira versão, e *SLN – O estado da nação – Março de 2008*, numa segunda versão, já relatavam.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconhecia completamente esse documento e posso aqui garantir que nunca me foi apresentado em sede do conselho de administração do BPN SA, e nunca participei nem nunca tive conhecimento desse documento, muito sinceramente. Pelo menos, ele não me foi distribuído nem me foi entregue a mim, como administrador comercial.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas o Sr. Dr. participava em todas as reuniões dos conselhos de administração?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, eu só participava nas reuniões do conselho de administração do BPN SA, que reunia às sextas-feiras e que decidia o corrente. Nunca participei e, como é óbvio, também não podia, em conselhos de administração para os quais não estava eleito e, portanto, não podia participar, nem em órgãos superiores.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Certo.

É que se tivesse tido conhecimento, necessariamente estas Contas Investimento e os problemas do Banco Insular estavam relevados no documento.

Portanto, o Sr. Dr. diz-nos que desconhecia que os depósitos, enquanto administrador, desapareciam do balanço de Cayman e iam para

o Banco Insular. O Sr. Dr., enquanto director comercial, nunca notou nada?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. não consultava os balanços?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — O que lhe posso dizer em relação a essa matéria é o seguinte: como administrador do BPN SA nunca tive acesso às plataformas internacionais, nomeadamente a BPN IFI e a BPN Cayman. E porquê? Porque a gestão do BPN IFI e a do BPN Cayman e outras não eram discutidas em sede do BPN, SA. Porquê? Porque havia o BPN SA, que fazia a gestão do negócio corrente e, depois, havia a chamada BPN Participações Financeiras, que tinha por baixo um conjunto de empresas, onde está o BPN IFI, o BPN Cayman, o BPN IFIC, que era o que tinha o *leasing* e o *funding*.

Quanto à Real Vida e penso que a IFI, a Gestão de Activos e o BPN Imofundos, digamos, eu não participava nessa gestão nem fazia parte desses órgãos sociais.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vamos ver uma coisa: o Sr. Dr., enquanto administrador-coordenador das suas áreas, não reparava que, de um momento para o outro, os clientes deixavam de ter depósitos no balanço, por exemplo, de Cayman? Quer dizer, de repente, tinham e deixavam de ter, e isto ao Sr. Dr. não dizia nada?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Vamos lá ver uma coisa: eu, como director-coordenador e como administrador comercial, não tinha como aferir, porque não tinha acesso... Eu tinha acesso, tanto que, obviamente, assinava os relatórios e as contas do BPN SA, mas o que é que quero dizer com isto? Que, como eu não tinha acesso às plataformas internacionais não tinha como aferir essa situação. E eu não acesso, porque não fazia essa gestão.

De qualquer forma, posso aqui referir que, independentemente de eu não ter acesso aos clientes de BPN IFI e BPN Cayman, porque não havia acesso, eu, em 2008, alertei para a diferença dos depósitos que havia entre o BPN IFI e o BPN Cayman. Ou seja, aquilo que constatei, na altura, de uma forma rudimentar, para lhe ser sincero, porque, como não tinha acesso ao sistema informático, não tinha como verificar, foi através de algum trabalho de pesquisa que consegui, obviamente, e quando me foi facultado o relatório e contas consolidado do BPN Participações Financeiras, constatei, repito, que havia a diferença e alertei para essa situação por escrito.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A quem, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Alertei, na altura, o presidente do conselho de administração, Dr. Vakil, e manifestei a minha intenção de não assinar as contas enquanto não fosse verificada esta diferença.

Mais tarde, assinei as contas com reservas, depois de ter tido uma reunião com o Dr. Miguel Cadilhe e com o Prof. Carvalho das Neves, em

que disse: sim, há esta situação, eu não tenho como conferir, mas eu quero deixar aqui as minhas reservas. E isto ficou escrito e eles, depois, assinaram e devolveram-me o documento, embora tenha assinado as contas com reservas, com essa carta que anexei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Dr. Vakil o que é que fez em relação a essa diferença e, mais ainda, em relação a essa diferença na sequência da comunicação que o Sr. Dr. Ihe fez?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Deu conhecimento a todos os membros do conselho de administração da SLN e do BPN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sabe se reportou nas contas essa diferença, ou não?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não faço a mínima ideia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas o Sr. Dr. quando não assinou as contas, não assinou porquê?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Porque havia essa diferença. Ou melhor, eu não tinha a certeza, portanto, era com reservas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso com o Dr. Miguel Cadilhe?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exacto. Com o Dr. Vakil não assinei. Portanto, não assinei e, depois, na altura, fiz a carta.

Depois, com o Dr. Miguel Cadilhe, como eu não tinha as contas assinadas e era um problema grande para o banco se eu não as assinasse, na altura, a solução encontrada foi a de eu dar conhecimento ao Dr. Cadilhe e ao Prof. Carvalho das Neves, com as minhas reservas, e, depois, assinei as contas no dia 26 de Junho.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Certo. Mas, certamente, que a administração do Dr. Vakil assinou contas ou não?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Penso que sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E para o Sr. Dr. não as ter assinado, tendo-as assinado o Dr. Vakil, foi porque certamente alguma coisa viu nelas que justificou essa recusa ou não é assim?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, está escrito!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Está escrito. E o que é que o Sr. Dr. escreveu?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Escrevi – agora, não me recordo bem do texto –, *grosso modo*, que após a entrega do relatório e contas do BPN consolidado (que tínhamos que assinar) tinha constatado na rubrica de depósitos, portanto BPN SA, BPN IFI e BPN Cayman, com base na

informação de que eu dispunha, que haveria uma diferença na ordem dos 400 milhões de euros, segundo as minhas contas, que não estavam relevados naquele relatório e contas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem.

E quando é que o Dr. Vakil assinou esse relatório?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu não sei, porque eu estava no Porto quando o Dr. Vakil mandou o motorista com o relatório e contas de propósito ao Porto para eu assinar e eu não assinei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso foi quando, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Foi no dia 6 de Junho.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — 6 de Junho!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, 6 de Junho de 2008.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, o Sr. Dr. está a dizer-me que, nessa data de 6 de Junho, o Sr. Dr. verificou que essa diferença não estava consolidada?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exactamente.

E o caricato disto é que já tinham sido aprovadas as contas da SLN consolidadas, penso que a 20 de Junho, em assembleia-geral.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso é muito importante, Sr. Dr., porque eu recordo-lhe que há uma sequência de comunicações que a administração do Dr. Vakil faz ao Banco de Portugal, anteriores a essa tentativa de aprovação de contas que o Sr. Dr. recusa, de Maio e de Junho, que em nenhum momento menciona essa diferença ao Banco de Portugal. Como é que o Sr. Dr. explica?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei, não faço ideia. Não tinha conhecimento dessa informação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — È que eu tenho notado com alguma perplexidade que esta administração fortemente colaborante do Dr. Vakil, afinal terá omitido dados relevantíssimos, do ponto de vista da supervisão, ao Banco de Portugal.

Quer dizer se o Sr. Dr. recusa a assinar as contas é porque não se sente confortável com aquelas contas. O que o Sr. Dr. reporta não permite que quem recebe a informação invoque o desconhecimento desse facto. O Sr. Dr. reportou-o. Portanto, o que o Sr. Dr. afirma perante a Comissão é que apesar desse reporte e da recusa essa informação não foi dada ao Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu desconheço se foi dada. Não faço a mínima ideia se foi ou não transmitida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Até ao dia 6 de Junho não o foi necessariamente, porque já é uma data posterior a todas as comunicações do Dr. Vakil ao Banco de Portugal, porque, fazendo aqui uma apreciação cronológica destes factos, há um ofício de 15 de Maio de 2008, assinado pelo Sr. Eng. Francisco Sanches e pelo Dr. Abdool Vakil, que refere veículos que acabam por ter como último beneficiário o Grupo SLN e onde já indiciam que o Banco Insular terá sido a plataforma financeira utilizada para aquisição de uma percentagem de acções da SLN detidas por veículos para aquisição aos seus anteriores últimos beneficiários...»

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não me foi distribuído esse documento a mim, ou seja, desconheço completamente esse documento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nem lhe foi comunicado?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, nem me foi comunicado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, mas como verificamos, aqui não é feito o reporte dessa diferença pelo Dr. Abdool Vakil.

E há, depois, um outro ofício, de 2 de Junho de 2008, onde, finalmente, se assume que o Banco Insular é uma estrutura bancária sediada em Cabo Verde, cujo accionista é uma sociedade de direito inglês denominada Insular Holdings, cujo accionista, por sua vez, é uma sociedade de direito americana denominada Marazion Holdings... Aliás, eu

não vou maçar com o resto da leitura deste documento, porque o Sr. Dr., certamente, já percebeu que esta transição da Insular para a Marazion acabou por não ocorrer, mas a verdade é que, também aqui, não é feita indicação a qualquer diferença, ou melhor, por acaso, aqui, já é dito que o Banco Insular possuía crédito concedido no total estimado de 588 milhões, estando cerca de 181 milhões relevados no balanço e o restante, aproximadamente 400 milhões, ainda estavam a apurar, a analisar, através dos extractos, etc...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sr. Deputado, eu não tive acesso a esse documento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Também não teve?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não me foi dado conhecimento disso. Provavelmente deve ser da SLN. Com certeza, não sei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois, seja como for, o que temos aqui, então, como assente, para já, é que, já depois destas comunicações de 15 de Maio e de 2 de Junho, o Dr. Vakil pede-lhe que o Sr. Dr. assine contas, o que o Sr. Dr. recusa por as mesmas não revelarem a verdade da contabilidade do BPN. É assim?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — No BPN SA consolidado, pois, como já expliquei, existia o BPN SA, individual, de que eu era administrador, e depois existia o chamado BPN Participações Financeiras, que depois

consolidava. Normalmente os administradores assinavam as contas mesmo não tendo conhecimento das contas individuais de cada empresa que estava afectada às Participações Financeiras. Ou seja, eu não tinha como ver e foi, sinceramente, algum trabalho de pesquisa que me levou a esta conclusão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., uma outra pergunta que me parece relevante, do ponto de vista da supervisão, é a seguinte: e o Banco de Portugal nunca o questionou sobre essa recusa?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu não sei se o Banco de Portugal teve conhecimento, porque eu não sei se ela foi reportada ao Banco de Portugal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., o Banco de Portugal não tem acesso ao relatório e contas?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, mas isso é um documento interno e eu, nas contas, não ia pôr as reservas, portanto, foi tudo através de documentos internos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E esse documento serviria para instruir o quê?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Esse documento era para alertar porque eu, como não tinha como aferir, quis foi alertar, por uma questão da minha consciência.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — No que se lhe referia?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exacto. Portanto, por uma questão de consciência e, acima de tudo, na salvaguarda dos interesses dos depositantes, que era o que mais me preocupava, como comercial.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., o Dr. Oliveira e Costa nunca lhe entregou fichas de abertura de contas no Banco Insular para captar clientes?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Eu, enquanto director e enquanto administrador, nunca abri contas no Banco Insular nem dei ordens para tal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., quem é o Dr. Jorge Pessoa?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — O Dr. Jorge Pessoa é actualmente administrador comercial do Banco Português de Negócios.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o que é que fazia?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Foi meu ex-director na rede de empresas da Zona Centro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso, antes, não é?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., então, sendo director da rede da Zona Centro, o que é que este director sabia ou teria de saber acerca dos balcões que o Sr. Dr. tinha sob sua dependência?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Ele desempenhava funções de director-coordenador na Zona Centro e tinha sob sua responsabilidade um conjunto de centros de empresas, nomeadamente os de Leiria, Coimbra, Aveiro e Viseu e era esta a sua área de actuação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., vamos então ver uma coisa: temos, hoje, um administrador no BPN, suponho que nomeado pela Caixa Geral de Depósitos, que já desempenhou funções no BPN a este nível e que tinha ou não tinha conhecimento, entre outras coisas, das Contas Investimento por onde começou a nossa conversa?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei, não posso afirmar isso. Penso que o melhor é questioná-lo a ele.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tinha ou não tinha conhecimento? Qual é a tarefa de um administrador-coordenador como, no caso, o Dr. Jorge Pessoa? Quais eram as suas competências, não agora que sabemos que é administrador do BPN, mas quais eram as suas competências à época, em concreto? O que é que faz uma pessoa que desempenha esse cargo?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — O coordenador o que faz é dinamizar o negócio bancário, quer na vertente de crédito, quer na vertente de captação de recursos. No caso das empresas, estariam mais vocacionadas para a vertente de crédito e não tanto para a vertente de captação de recursos. Enfim, basicamente, era isto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas como é que – isto faz-me muita confusão – os responsáveis intermédios, como este, não têm conhecimento dos produtos que os balcões vendem? Como é que é possível uma pessoa com essa competência estrita não ter conhecimento dos produtos que os balcões sob sua dependência vendiam?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Vamos lá ver uma coisa: os produtos que a rede comercial comercializava estavam todos tipificados e havia uns reportes, que eram feitos diariamente ou, pelo menos, a que tínhamos acesso através de um sistema de informação de gestão que condensava toda a informação, que ia beber a informação às aplicações informáticas, não sei se directamente, se através de ficheiros, não interessa, mas, depois, o que é que acontecia? Havia, digamos, esses reportes que

definiam os recursos e as captações e, dentro dos recursos, a captação e o crédito e, depois, havia os vários produtos, que eram definidos e que eram publicitados.

Portanto, nesse documento, ou seja, a rede comercial servia, a cada momento, cada um obviamente de *per si*. O que é que quero dizer? Que o gestor e o gerente sabiam da sua área de negócios, o director sabia da área de negócios dele e, assim, sucessivamente... Era em escadinha.

Portanto, sabiam quais os produtos que se comercializam a dada altura e era através daí que toda a rede comercial avaliava a evolução e a *performance* do negócio, quer na vertente de produção, quer na vertente de rentabilidade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., então, tinha necessariamente que saber destes depósitos a prazo que, na prática, eram depois transformados em unidades de participação de fundos imobiliários fechados do BPN?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, a administração do produto era do conhecimento de toda a rede comercial ao longo dos anos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E do diferencial não?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não tinha que saber, porque a questão da gestão da aplicação não era da responsabilidade da área comercial. A área comercial nem sabia a *performance*. Eu é que, no

decurso das minhas funções identifiquei a situação; agora, um coordenador não sabe.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., agora, a terminar, devo dizer que, nestes nossos trabalhos, para tentarmos descobrir, de alguma forma, o que aqui se vai passando, há questões mais ou menos curiosas que nos passam pelas mãos e que nos vão chegando e há uma delas que envolve o nome do Sr. Dr., enquanto administrador, que deve ter sido talvez das mais curiosas que, para já, tive oportunidade de ler.

Gostava que o Sr. Dr. contasse o seguimento que foi dado a uma comunicação que foi feita, a dado passo, a várias pessoas da administração do banco, sobre uns telefonemas feitos para um determinado balcão em Bragança, pedindo que fossem feitas transferências em favor de uma determinada pessoa que estava presa, contactos com um determinado advogado, que diligenciaria essa entrega, e, inclusivamente, com pareceres de algumas pessoas muito influentes da nossa praça, de diferentes origens, que ajudariam no trânsito de um cidadão que estaria preso para local onde, facilmente, seria colocado sob situação de pulseira electrónica.

Ora, porque me parece, tanto quanto sei ou me foi contado, que esse pedido foi feito invocando o nome do Sr. Dr., enquanto administrador, gostava de saber o que se passou, o que é que o banco apurou e, já agora, quem eram as pessoas, porque tenho a certeza que, perante isto, a administração não descansou enquanto não verificou o que se passava.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Olhe, em relação a essa matéria, o que lhe posso dizer é que, efectivamente, andava alguém, algures no Norte, na altura, a marcar reuniões com alguns comerciais e houve um comercial, que já me não recordo se era de Bragança se de Vila Real, a quem esse alguém dizia que era em meu nome – e, penso, que não era só em meu nome era também em nome de outras pessoas – e que tinha de marcar uma reunião com um advogado não sei onde, por causa de umas operações e não sei que mais... Na altura, lembro-me perfeitamente que esse gerente comercial, que, penso, era de Bragança, ficou convencido que tinha sido eu, como administrador comercial, que tinha ligado a marcar isso, mas, eu, esclareci essa situação, dizendo que não tinha nada a ver com isso, e, portanto, houve alguém que invocou, eventualmente, o meu nome. Eu desconheço completamente as pessoas, mas sei que a auditoria mandou fazer uma investigação na altura. Pelo menos, é a ideia que tenho, mas desconheço o resultado disso e se, efectivamente, se chegou a alguma conclusão.

Sinceramente, pareceu-me que isso era mais um *fait divers* que aparecem no dia-a-dia sem consequência nenhuma e sem fundamento absolutamente nenhum.

Eu, por exemplo, posso invocar o nome de alguma pessoa, dizendo: eu estou a ligar da parte do Dr. Nuno Melo...

Risos.

Desculpe-me estar a utilizar o seu nome mas, se quer que lhe diga, isto não tem substância nenhuma nem teve consequências nenhuma em termos práticos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., há-de ter tido alguma consequência, porque, mais que não seja, esse director de balcão dirigiu-se mesmo a um escritório de advogados com as instruções tal qual...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Caiu na esparrela!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, mas a verdade é que houve um advogado...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Acho que ele teria reunido no Porto, mas, depois, já nem sabia bem onde é que tinha reunido, nem com quem tinha falado... Ele confundiu tudo, pois dizia que eu é que tinha falado com ele ao telefone, o que nunca aconteceu, aliás isso é fácil de comprovar.

Portanto, o que lhe digo é que, às vezes, há pessoas que caem no conto do vigário e esse é o caso, mas, sinceramente...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, não houve consequências?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não houve consequências.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nem apurou o negócio?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu desvalorizei, sinceramente. Eu desvalorizei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nem participou criminalmente?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Penso que a direcção jurídica do Banco tomou algumas providências, não tenho a certeza, mas acho que se fez qualquer coisa. Mas eu não tive conhecimento, nem liguei.

O Sr. Muno Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Dr.
Sr.ª Presidente, terminei.

A Sr.ª Presidente: — Obrigada, Sr. Deputado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Semedo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente e muito boa tarde, Sr. Dr.

O senhor foi membro do conselho de administração do BPN, se bem percebi, entre Fevereiro de 2008 e Junho de 2008.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não, entre Março de 2006 e Junho de 2008.

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, sim, desculpe. De Março de 2006 a Junho de 2008, exactamente.

Portanto, o senhor foi membro do conselho de administração entre Março de 2006 e Junho de 2008 e com a presidência do Dr. Abdool Vakil, o período é entre Fevereiro de 2008 e Junho de 2008.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — À volta disso!

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., as perguntas que lhe vou fazer têm natureza um pouco diferente daquelas que o Sr. Deputado Nuno Melo lhe fez e a primeira pergunta é a seguinte: na sua opinião, o que é que levou à demissão do Dr. Oliveira e Costa?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Na minha opinião, é um assunto que terá a ver com as divergências, essencialmente, entre os principais accionistas da SLN e o Dr. Oliveira e Costa, nomeadamente no que concerne ao seu modelo de gestão.

Portanto, penso que o modelo de *governance* que vinha sendo executado nos últimos anos, na minha óptica, levou, porventura, a essa situação.

Eu acho – e aqui gostava de deixar expressa a minha opinião sincera – que o que o fez levar a esta viragem e a esta alteração profunda começou no dia 6 de Junho de 2007. E porquê 6 de Junho de 2007? Porque foi quando, efectivamente, o vice-governador do Banco de Portugal, Dr. Pedro Duarte Neves, chamou o conselho de administração da

SLN, do banco, dos auditores e dos revisores e, na altura, de certa forma, impediu o banco de ir para a Bolsa.

Esta é a minha opinião e vale o que vale, mas penso que foi, digamos, este marco que fez com que, eventualmente, os accionistas que sempre tiveram, como promessa e como anseio, a garantia da ida para a Bolsa, na expectativa de, eventualmente, conseguirem obter mais-valias, como é óbvio, pois esse é o objectivo da entrada em Bolsa de qualquer instituição.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., quando falou num grupo de accionistas, a que accionistas se estava a referir?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Penso que é do conhecimento público. Portanto, são aqueles accionistas que são membros do conselho superior. Isso é público.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., diga-me o seguinte: alguma vez foi credível a tentativa ou a possibilidade de nomearem, para substituir o Dr. José Oliveira e Costa, o Eng. Francisco Sanches?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Penso que não. Isso não tinha qualquer fundamento. Pode ter alguém, eventualmente, inventariado, mas penso que não, isso não era uma solução de futuro.

O Sr. João Semedo (BE): — Na sua interpretação, por que é que o Dr. Abdool Vakil não continuou presidente do Grupo?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Antes de responder à sua pergunta, gostava de referir que, efectivamente, na gestão do Dr. Vakil, há uma alteração – e eu tenho que dizer isto – profunda na forma de gestão e na partilha da informação de gestão aos membros do conselho de administração do banco, ou seja, eu, enquanto estive como administrador comercial, na era Oliveira e Costa, a informação não era partilhada, sendo que eu desconhecia completamente a troca de correspondência entre o Banco de Portugal e o banco. Portanto, não era dado conhecimento.

E, na altura, quando o Dr. Vakil assumiu funções, ele fez questão de partilhar essa informação, nomeadamente os pedidos que estavam em atraso – portanto, reporto-me ao Banco de Portugal – e posso sinceramente dizer que fiquei a saber mais do banco em quatro meses do que nos últimos 10 anos.

Já, agora, em relação à sua pergunta, desculpe, mas eu perdi-me.

O Sr. João Semedo (BE): — A pergunta era: por que é que o Dr. Abdool Vakil não teve apoio suficiente para continuar?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não teve apoio suficiente, eventualmente, dos accionistas. É a explicação que tenho. O porquê não sei; desconheço. Mas a ideia com que fiquei, muito sinceramente, quando o Dr. Vakil substituiu o Dr. Oliveira e Costa, foi a que era uma administração transitória, não era definitiva. Essa foi a ideia com que fiquei.

O Sr. João Semedo (BE): — E o Dr. Abdool Vakil também sentiu que era transitório?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei, não conheço que conversas é que teve com os accionistas e que compromisso é que existia. Não me foi transmitido.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Dr.

Só queria, então, sobre esse período do Dr. Abdool Vakil e sobre esse facto, que, enfim, já tinha sido também confirmado por outros anteriores administradores e directores do banco, noutras audições, perguntar-lhe o seguinte: o Sr. Dr. recorda-se ou teve conhecimento de uma carta do Banco de Portugal de 26 de Março de 2007, ainda no período de José Oliveira e Costa, acusando o conselho de administração do Banco Português de Negócios de atribuir créditos a empresas do Grupo garantidos por acções da Sociedade Lusa de Negócios?

Isto não tem nada de ilegal, mas o único problema é que a percentagem de acções que estavam a garantir operações de crédito era excessiva. Recorda-se disto?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Como já referi, nunca tive conhecimento da troca de correspondência entre o Banco de Portugal e a administração, na altura, do Dr. Oliveira e Costa.

Só no período do Dr. Vakil é que ele chamou o responsável do banco, o interlocutor do banco junto do Banco de Portugal, na altura, para fazer a análise de todas as situações que estavam em falta e foi aí a

primeira vez que tive conhecimento. E porquê? Porque, eu, normalmente, não era indigitado nos reportes ao Banco de Portugal e, como também era comercial e andava muito fora, só estava duas a três vezes por semana em Lisboa, também não me solicitavam para isso.

O Sr. João Semedo (BE): — Quem era esse responsável do banco que fazia esse reporte?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — O responsável ainda hoje lá está: é o Dr. António Coito. Penso que ainda é o mesmo interlocutor junto do Banco de Portugal, ou seja era quem, digamos, fazia a condensação da informação, depois dos vários levantamentos feitos internamente e, depois, reportava ao Banco de Portugal. Penso que ainda é o mesmo, não sei...

O Sr. João Semedo (BE): — E ainda continua no banco?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu sou quadro do banco, desde quando entrei como director, e estou há nove meses em casa sem funções.

O Sr. João Semedo (BE): — Também não lhe perguntamos isso, porque creio que todos os Srs. Deputados, que estão aqui, nesta mesa, calculavam isso e, portanto, não era necessário.

Mas, esse Dr. António Coito ainda continua no banco?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu não sei...

O Sr. João Semedo (BE): — É Couto ou Coito? Desculpe.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — É Coito.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, deixe-me, então, voltar a este assunto, porque é importante.

É que, no dia 2 de Junho de 2008, o Dr. Abdool Vakil informa o Banco de Portugal que o Banco Insular era da titularidade da Sociedade Lusa de Negócios.

O Sr. Dr. lembra-se de isto ter sido discutido no conselho de administração?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não foi discutido no conselho de administração do BPN esse assunto.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, que assuntos é que foram discutidos no conselho do BPN que o levam a afirmar, como outros anteriormente já o tinham feito, que, no período do Dr. Abdool Vakil, naqueles meses do Dr. Abdool Vakil, havia uma discussão sobre as perguntas não respondidas, ou, eventualmente, algumas não respondidas, com o Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Temos que ver isso em dois planos: havia um conselho de administração da SLN, do qual eu não fazia parte e de que o Dr. Vakil era presidente na altura e eu, simultaneamente, era presidente do conselho de administração do BPN SA. E que é que

acontece? Portanto, o que digo, e que faz bem a diferença, tem a ver, efectivamente, com isso que referi, nomeadamente com a informação que foi disponibilizada relativamente às situações que estavam em falta do Banco de Portugal.

Mas, por exemplo, relativamente a essa carta, eu desconheço e penso que essa carta deve ser uma carta do âmbito da SLN e, obviamente, não fazia muito sentido estar a dar conhecimento aos órgãos sociais do BPN SA, de assuntos tratados na SLN e vice-versa, penso eu.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, também não teve conhecimento da carta enviada dois dias depois pelo Banco de Portugal, portanto em 4 de Junho de 2008, pedindo ao Dr. Abdool Vakil as contas do banco, contas consolidadas, mas com a inclusão do Banco Insular.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não me foi dado conhecimento.

O Sr. João Semedo (BE): — Não teve conhecimento disso?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., muito obrigado e, para terminar, deixe-me que lhe faça algumas perguntas rápidas.

Quando é que tomou conhecimento da existência do Banco Insular?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Vamos lá ver uma coisa: a ideia que tinha do Banco Insular, ao longo dos 10 anos que tenho de BPN, é que era

um banco correspondente do BPN, ou seja, não posso dizer que nunca tinha ouvido falar do Banco Insular, o que eu desconhecia completamente era o *modus operandi* e a realidade do Banco Insular, conforme hoje conheço.

Eu comecei a ouvir falar do Banco Insular em finais de 2007, mas, digamos, com conhecimento desde Maio de 2008, isto é, com a informação de que me foi dado conhecimento na altura da gestão do Dr. Vakil.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, enquanto director do banco, nunca «tropeçou» em operações comerciais que envolvessem o Banco Insular?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, muito sinceramente, não, porque nunca angariei negócios, como director, para o Banco Insular e, portanto, desconhecia a sua existência na forma como ele hoje existe.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. tinha contactos com o Eng. Francisco Sanches?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Tinha.

O Sr. João Semedo (BE): — E alguma vez, em alguma reunião mais responsável, digamos, ouviu o Eng. Francisco Sanches preocupado com a existência do Banco Insular e reclamando que o BPN resolvesse o problema da consolidação das contas do Banco Insular?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Nas reuniões em que eu participava no conselho de administração do BPN SA, de que o Eng. Francisco Sanches fazia parte, embora não sendo membro estava sempre presente, nunca foi abordada essa questão.

O Sr. João Semedo (BE): — Nunca?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Nunca. Nos conselhos de administração do BPN SA não.

O Sr. João Semedo (BE): — Um antigo administrador disse-nos aqui que havia alguns outros administradores e directores que tinham feito levantamentos directos nas caixas do BPN, em alguns casos, para remunerarem, enfim, qualquer serviço ou qualquer prestação que entendiam que justificava essa remuneração e, noutros casos, até sem qualquer justificação.

Disse-mos também esse antigo administrador que algumas dessas pessoas, que tinham sido administradores do banco, tinham confirmado esses levantamentos.

O Sr. Dr. alguma vez teve conhecimento disso?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconhecia completamente que havia administradores que recebiam em numerário. Eu, no meu caso, nunca recebi.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., alguma vez acompanhou operações de fiscalização ordinária, corrente, do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Eu só estive em duas reuniões englobado no conselho de administração do BPN, SA: uma, com o Dr. António Marta, em 2006, e outra em 2007.

De resto, nunca tive qualquer contacto com ninguém do Banco de Portugal, até hoje.

O Sr. João Semedo (BE): — E essas reuniões que conteúdo tinham, que ordem de trabalhos, que problemas procuraram pôr?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu só tinha dois dias de administrador quando fui englobado na convocação do Dr. António Marta, que foi uma reunião que incidiu sobre um conjunto de procedimentos com os quais o Banco de Portugal, que me recorde, não estava muito satisfeito com a forma como a informação vinha a ser transmitida ao Banco de Portugal.

Foi uma reunião bastante dura e, para ser sincero, a mim até me assustou um bocado, porque tinha dois dias de administrador e, enfim, com pouco experiência nestas andanças, mas, a verdade é que o Banco de Portugal foi, particularmente, duro nessa reunião – aliás, até ficou agendada uma nova inspecção, penso que para esse ano – esta reunião foi em Fevereiro – para Setembro, o que, penso, se concretizou.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr., enquanto director e quadro do banco nunca conviveu nem, de qualquer forma, teve qualquer contacto

com alguém do Banco de Portugal, nem nunca fez parte de nenhum grupo de trabalho que contactasse com algum inspector do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., alguma vez tomou conhecimento, ou, eventualmente, terá ordenado alguma operação financeira no âmbito do Banco Insular, que se tivesse que desenrolar por orientação superior, de forma a que não fosse registada ou não fosse considerada no balanço do banco?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Todas as operações em que eu intervim tinham origem na rede comercial, quer seja rede de agências, quer seja rede de empresas ou quer seja a chamada unidade-sede, que geria e acompanhava as empresas do Grupo SLN.

Portanto, todas as operações entravam no banco através do sector comercial, seguiam os trâmites normais, através de uma ferramenta que o banco tem disponível, a chamada *workflow*, que é a proposta electrónica, com os órgãos devidamente constituídos, ao abrigo do regulamento de crédito em vigor, onde a área de risco interveio sempre em todas as operações em que eu intervim.

Portanto, as operações seguiam o seu caminho normal em função do nível a que fossem adstritas, ou seja, as operações estavam definidas através de nível de empréstimo e, depois, o regulamento de crédito definia até onde é que ela ia.

Eu intervinha, mas nunca sozinho, com órgãos colegiais em que eu emitia o meu parecer, e despachava com o administrador do risco. Aliás, eu até podia querer fazer a operação, porque era boa operação em termos comerciais, mas se o administrador do risco, eventualmente, desse um parecer desfavorável, a operação subia até ao nível do conselho e, depois, aí decidiam-se as operações. Mas, todas as operações onde eu intervim estão registadas, são operações onde a área de risco interveio e são operações perfeitamente normais, sem dúvida alguma.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas o Sr. Dr. hoje tem consciência que isso não era a prática generalizada do banco.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Infelizmente, hoje, olhando para trás... Eu tenho que dizer que é com muita surpresa que constato algumas situações e ainda hoje me custa a acreditar em alguns casos, sinceramente.

O Sr. João Semedo (BE): — Obrigado.

A Sr.ª Presidente: — Obrigada, Sr. Deputado.

Dou, agora, a palavra à Sr.ª Deputada Leonor Coutinho, do Partido Socialista.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada, Sr.ª Presidente.

Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o nosso convidado, que é um homem da parte comercial e do crédito.

A minha primeira pergunta tem que ver com algo que nos informou aqui que, depois de ser administrador, portanto depois de 2006, tinha acesso ao sistema informático.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Como administrador?

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sim, como administrador, tinha acesso ao sistema informático.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, foi-me retirado o acesso ao sistema...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Como?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Foi-me retirado o acesso a partir do momento em que...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Quando é que lhe foi retirado?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Foi-me retirado quando deixei de exercer funções de administrador.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Mas eu digo em 2006!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Em 2006, tinha acesso ao...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Ao sistema informático do banco, onde estavam registadas as operações.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Tinha acesso ao BPN. Sim, exactamente.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Aliás, foi-nos explicado aqui que havia um acesso muito fácil a todas as operações...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — E a que operações é que se refere?

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — A todas as operações que eram feitas não só no BPN mas também no BPN Cayman e também no Banco Insular.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, eu só tinha acesso às operações do BPN, banco, portanto, banco nacional. Nunca tive acesso a qualquer plataforma internacional, nem do BPN IFI, nem do BPN Cayman e muito menos do Banco Insular. Nunca tive acesso!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Mas foi-nos aqui afirmado, e isso é bastante importante, que era muito fácil e qualquer administrador, qualquer auditor, ligava e podia ter acesso às informações.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não tenho essa ideia!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — A informação que me disseram, e sobre a qual gostaria de o questionar, é que havia dois sistemas integrados de gestão, duas SIG: uma, com acesso ao Banco Insular e outra sem acesso ao Banco Insular.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, desconheço completamente. Não deve ser...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Então, como é que explica que não tinha acesso a esses dados que, pelos vistos, estavam no sistema?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu não tinha acesso às plataformas informáticas internacionais. E porquê? Eu utilizava os reportes do sistema de informação de gestão que condensava a informação toda dos produtos que eram comercializados dentro do banco. Ou seja, era através daí que eu geria o negócio bancário.

Portanto, não tinha acesso directo, nem sequer tinha acesso aos nomes dos clientes BPN IFI e do BPN Cayman.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Gostaria de lhe perguntar se alguma vez lhe foi atribuído crédito no banco a si ou a alguém da sua família ou empresas muito próximas.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Foi. Eu tenho um crédito, mas só enquanto director; enquanto administrador nunca me concederam crédito. Enquanto director tenho um crédito à habitação.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Nem a empresas de pessoas muito próximas?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — E a minha esposa também.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Também!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Mas enquanto director, como administrador nunca me concederam crédito absolutamente nenhum.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Nos longos anos que estive como director, que é a grande parte da sua vida!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exacto.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Gostaria de lhe perguntar se conhece o Sr. Aprígio Santos, com quem terá feito várias...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, conheço.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Sabe se esse senhor tem operações de crédito que tenham problemas de garantia?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei. Sei que é cliente do banco, mas não sei precisar em pormenor.

Mas, problemas de garantia como, em que aspecto? É que não estou a perceber!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Problemas de não ser cobrável o empréstimo.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, tenho até muito boa impressão relativamente ao Sr. Aprígio Santos, muito sinceramente. Tenho-o como um empresário, naquilo que me foi dado observar, que tem algum sucesso, nomeadamente na área do imobiliário. Tenho boa impressão dele e não tenho essa ideia de incobráveis do Sr. Aprígio; pelo menos, até à altura em que eu fui administrador.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Não conhece, portanto, que ele tenha feito operações de crédito que sejam incobráveis da ordem dos 8,5 milhões de euros.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconheço.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Desconhece uma empresa chamada Macauda?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Lembro-me de ver essa empresa nas listagens, mas nunca intervim... Não me recordo dessa empresa.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — E não se recorda também de um crédito que o BPN fez a um Sr. José Serpa, valorizando um terreno em 10 milhões de euros?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — É como digo, todas as operações – e penso que não valerá a pena estarmos a entrar em caso a caso – em que eu intervim como administrador comercial foram operações que entraram pelas vias normais do banco, foram analisadas pela área de risco do banco, portanto eu, agora – e não é má vontade –, não sei precisar caso a caso. Está a perceber?

Agora, o que posso garantir é que todas essas operações eram operações correntes que, agora, não me lembro, porque eram milhares de operações onde eu intervim, mas o que eu lhe posso garantir é que todas as operações em que eu intervim, a área de risco interveio, fez a sua análise e elas eram decididas em conformidade com o regulamento de crédito em vigor.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Pois, mas acontece que essas operações, muitas vezes, davam prejuízos grandes.

Este caso, por exemplo, a que me estou a referir, de 10 milhões de euros tem um prejuízo, logo a seguir, de 2,5 milhões de euros por revenda do mesmo terreno ao Sr. Aprígio Santos.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconheço. Penso que isso não passou pelas minhas mãos, não me lembro dessa operação pontual.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E tem conhecimento de créditos feitos à empresa espanhola, de nome Administradora Transibérica, para financiar compra de acções da SLN?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconheço. Eu, pelo menos, nunca intervim em qualquer operação com esse nome.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Não, o Sr. Dr. não interveio nessa, não!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, mas esse nome, para já, não me diz nada...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Como administrador...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sabe que eram muitas empresas e nós não podemos recordar todas.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Não, eu estou só a falar de empresas que deram prejuízos ao banco da ordem de muitos milhões de euros.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — E foi no BPN SA, de certeza, ou foi no BPN...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Não, não, no BPN SA, não é Cayman.

Assim como nos deu aqui a sua opinião sobre a *Homeland*, gostaria de saber a sua opinião sobre se terá havido outras operações que também foram negadas pelo crédito, ou seja, que tiveram parecer desfavorável a nível de risco, mas que, depois, terão sido, eventualmente, feitas a nível do *private banking*.

Gostaria de lhe perguntar se conhece estas operações da SNE.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — A SNE é uma empresa do Grupo!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sim, eu sei.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Mas operações que foram feitas ao nível do *private*?

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Operações de financiamento.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconheço completamente.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Da Labicer?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Essa é uma empresa que, obviamente, tinha crédito do banco, mas do BPN, SA., agora, do *private*, desconheço.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Mas desconhece a nível do *private*?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu só conheço as operações onde intervinha, ou seja, no BPN SA... No *private*, como eu não intervinha, nem fazia a mínima ideia...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Não as conhece?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. O *private* era um mundo aparte...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Gostaria também que me dissesse se tem conhecimento dos créditos concedidos a estas empresas, que são empresas da zona de Alcochete ou de Setúbal: Pluripar, Domurbanis, OPI 92, Paprefu, Coutadinha e Sesimbra 2000.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E sabe quais são os montantes, aproximadamente?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não faço a mínima ideia. Sei que houve operações dessas, mas não sei os valores globais.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — O que é que têm em comum estas operações todas?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não tenho grande conhecimento sobre isso. Portanto, não sei, não...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Este créditos não os conhece...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sei que foram concedidos, mas não sei o que é que elas têm em comum, não me recordo.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Elas, no seu total, correspondem a cerca de 200 milhões de euros.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Mas eram operações, com certeza, que entraram pelas vias normais do banco e tiveram a intervenção da área de risco e, enfim, são operações que, obviamente, estão registadas, com certeza.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Como?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — São operações que, certamente, estão registadas no banco.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sim, mas o problema são as incobráveis! É esse o grande problema. Aliás, é por isso que há problemas com o banco e é por isso que nós estamos preocupados com os nossos impostos.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu percebo isso, mas atenção: temos que separar as imparidades do BPN SA das outras. Também é importante

vermos isso. Portanto, no BPN SA, normalmente, havia o cuidado nas operações de crédito de constituição de garantias na maioria das operações.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Nas operações importantes, nas quais tenha participado ou tenha autorizado crédito, não se lembra — é normal que haja algumas — de crédito malparado em operações grandes, em operações de alguns milhões?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Que eu conheça, não!

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada.

A Sr.^a Presidente: — Vou dar, agora, a palavra ao Sr. Deputado Miguel Macedo, do PSD.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Queria cumprimentar o Dr. Teófilo Carreira e fazer algumas perguntas que vão no sentido de precisar um pouco melhor algumas das respostas que deu, para que não restem dúvidas na Comissão, até porque eu, confesso, fiquei com algumas dúvidas.

Mas, antes disso, queria fazer-lhe uma pergunta: o Sr. Dr. esteve, por acaso, naquela reunião, que ocorreu em 2006, com o Banco de Portugal e com os administradores da SLN e do BPN?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, estive. Já disse que sim.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E pode dizer-nos o que se passou de relevante nessa reunião, que tenha a ver com a actividade que exercia, na altura, no BPN SA?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Como lhe disse, eu tinha sido nomeado há muito pouco tempo administrador e o que lhe posso dizer é que a reunião teve mais a ver com a questão dos procedimentos e com o *reporting* que o banco fazia ao Banco de Portugal, sendo que o Banco de Portugal, eventualmente, não estaria satisfeito com a forma como isso se estava a processar.

Essencialmente, a reunião centrou-se nessa situação, numa recomendação forte do Banco de Portugal, no sentido de alterar o *modus operandi* que vinha sendo praticado dentro do banco para haver uma maior transparência e rigor na informação. E, basicamente, foi isto.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Nessa ocasião, estando ainda há pouco tempo na administração, o Sr. Dr. sentiu que o Banco de Portugal estava num momento de intensificação da fiscalização e da supervisão sobre o Grupo?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, é verdade, tanto que ficou logo agendada, nessa reunião, uma inspecção ao banco, penso que para Setembro. E a própria reunião foi uma reunião com umas características especiais em que se notava que o Banco de Portugal estava bastante agressivo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E do ponto de vista daquilo que lhe dizia directamente respeito, na altura já como administrador do BPN SA, embora há pouco tempo, subsequentemente a essa reunião, houve algumas disposições, que foram tomadas no BPN SA, a pedido do...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, foram.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — De que género?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Vários. O banco implementou um sistema de vigilâncias especiais aos seus clientes, mandou certificar todo o património, nomeadamente de clientes a quem o banco tinha concedido crédito. E o que é que houve mais? O Banco BPN SA tomou várias medidas no sentido de conseguir ir ao encontro das necessidades e do desejo...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E essas medidas foram reportadas ao Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu não sei se iam sendo reportadas, porque não tinha acesso à troca de informação entre o Banco de Portugal e o banco, mas admito que sim.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Essa era uma questão que queria colocar-lhe, porque hoje ainda não tinha sido colocada e, pelas datas das funções do Sr. Dr. na administração, evidentemente que fazia parte dessa

delegação, digamos, do Grupo e do BPN que foram ao Banco de Portugal, e acho que era importante saber, aqui, do seu ponto de vista o que é que se tinha passado.

Agora, queria ir a outros dois pontos, em relação aos quais fiquei, confesso, com dúvidas no depoimento que o Sr. Dr. aqui prestou. E o primeiro ponto tem a ver com a chamada Operação *Homeland*, que é a tal operação que visava a compra de uns terrenos para futura, eventual ou possível, instalação do IPO em Oeiras.

O Sr. Dr. aqui o que disse foi que essa operação foi a conselho de administração...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não foi! Ela foi abordada, mas não no conselho.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Está bem, pensei que fosse no conselho.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não, foi abordada entre mim e o Dr. Oliveira e Costa, só.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Muito bem. E que o Sr. Dr. teria desaconselhado, digamos...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Com base nos elementos que me estavam a ser disponíveis.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Muito bem, portanto, pensei mal, porque pensei que tinha sido em conselho de administração, mas, enfim, foi numa reunião.

E, depois, disse-nos o Sr. Dr. que soube que essa operação foi conduzida através do *private*.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Tive conhecimento *a posteriori*.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Certo. E que teve conhecimento disso através do sistema informático. O Sr. Dr. foi consultar esse sistema informático?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim. Portanto, essa operação consegui visualizar no sistema informático que ela tinha sido feita.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas no seu depoimento, o Sr. Dr. disse, várias vezes aqui, que não tinha acesso ao sistema informático do *private*.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Mas aquela estava visível.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E estava identificada por código ou pelo nome da operação?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não pelo nome da operação; ela estava visível como operação. Estava registada e consegui acedê-la.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Portanto, também sabe qual era o montante?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não me recordo. Era elevado, mas não me recordo o valor exacto.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E, portanto, essa operação no sistema informático do *private* estava identificada com o nome da operação, digamos assim.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, no sistema, ela tinha era o código *private*. Portanto, essa operação era visível e eu consegui visualizá-la.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas essa era a forma normal de fazer a identificação dessas operações no sistema informático?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Normalmente, todas as operações tinham código.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Não é por código?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — É, tem um código.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Como é que o Sr. Dr. ligou a Operação *Homeland* a um código no sistema informático do *private*?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Na altura, eu sabia qual era o código do *private*.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Não, não, mas dentro do sistema do *private*, como é que o Sr. Dr. liga o código da Operação *Homeland* à Operação *Homeland*? A questão é essa.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Portanto, a gente entrou no sistema BM e visualiza a operação.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Certo.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Tem o código *private* da operação e eu presumi logo que a operação foi feita no *private*. É só isso. Está a perceber? Portanto, eu, quando entro no BM ou no AS-400, vejo a operação carregada e vejo o código e vi que o código estava lá, mas não tive acesso à decisão, nem à aprovação da operação, nem aos moldes em que ela foi aprovada.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — O Sr. Dr. foi coordenador e, depois, foi administrador da rede comercial.

Os clientes que constam do ficheiro do banco têm ou não, na sua conta, digamos assim, todas as operações – têm que ter, não é? - que fazem com o banco...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — O BPN SA, sim.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — ... todas as aplicações, todos os produtos integralmente....

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, exactamente.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E, por exemplo, as situações que decorrem de operações com bancos sedeados em territórios terceiros, também lá estão através de código?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E operações de crédito?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconheço. Nunca vi. Penso que não aparecem na posição integrada. Qualquer operação, que seja fora, não aparece associada ao cliente. Ou seja, se eu aprovar uma operação a um cliente A, no exterior, essa operação não faz a integração e, portanto, não se consegue visualizar no sistema.

Portanto, o cliente pode ter dois créditos: um no BPN SA, e outro fora, mas ela não aparece a posição integrada ou, pelo menos, não é visível. Eu nunca visualizei.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E as responsabilidades também não?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, as responsabilidades também não. Portanto, o agregado não aparece.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas se for titular de acções do Grupo, aparecem essas acções?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Isso aparece registado, se forem acções da SLN...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E se existir concessão de créditos do banco sobre esse cliente motivados para compra de acções do Grupo, não aparece também?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Aparecem registadas as posições...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mesmo que sejam feitas através de um *private*?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Isso, já não sei, sinceramente não sei, mas penso que não.

Aquele caso de que estamos a falar é um caso específico, portanto, é um caso de que se falou aqui. Penso que a generalidade das operações não eram visíveis no BM. Penso, mas não tenho a certeza, ou, pelo menos, eu não tinha conhecimento.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Só mais uma questão final: o Sr. Dr. disse à Comissão que tinha colocado reservas à assinatura das contas e que só o fez depois de emitir um documento, que foi um documento interno, em 6 de Junho, julgo que foi a data que o Sr. Dr. aqui expressou, e que só nessa altura é que teria assinado as contas.

E a pergunta que queria fazer, porque julgo que não foi feita ainda expressamente, é esta: o Sr. Dr. não comunicou essas reservas ao Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Comuniquei, obviamente, ao meu presidente, na altura. E porquê? Porque eram reservas e eu não tinha informação suficiente e fundada, eventualmente, para poder fazer uma denúncia. Era preciso apurar, pois podia estar errado. E porquê? Porque eu não tinha acesso às plataformas internacionais, e, portanto, não podia ter a certeza de que havia as diferenças dos depósitos. Não tinha a certeza, tinha dúvidas, tinha reservas, e foi isso que mencionei.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — No seu entendimento não devia ter comunicado essas reservas, ainda que não fundamentadas, por falta de acesso à plataforma internacional, ao Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — As reservas comuniquei-as à nova administração que entrou. E a administração tomou conhecimento e assinou.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Muito obrigado.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo, do PCP.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Boa noite, Sr. Dr.

O Sr. Dr. disse, há uns minutos, que julga nunca ter havido uma solução diferente da do Dr. Vakil para administrador do grupo SLN. Julga que nunca o Dr. Francisco Sanches terá sido solução. Em que é que se baseia para dizer isso? Dê-nos a sua opinião.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu nunca tive acesso a qualquer documento que evidenciasse isso. Mas penso que, no âmbito de uma solução de ruptura com a gestão do Dr. Oliveira e Costa, não fazia muito sentido, na minha opinião, substituir pelo Eng. Francisco Sanches.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Por que é que, neste quadro, considera que a gestão do Dr. Vakil lhe pareceu, logo à partida, independentemente de ele saber ou não, uma solução transitória? Era porque não constituía uma ruptura com o passado ou por outra razão qualquer?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Penso que a razão, daquilo que eu ouvia, prende-se mais com uma corrente que havia dentro do grupo de accionistas que preferia uma solução de fora a uma solução interna, não tanto com a questão... Até porque o Dr. Vakil é uma pessoa, na minha opinião, com grande valor e tinha, se calhar, feito um bom trabalho, mas

penso que a decisão tinha mais que ver com opções recentes. É a minha opinião, daquilo que pouco sei.

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, ia-lhes pedir para não fazerem muito barulho de fundo, porque, se não, perde-se muito a qualidade do som e o Sr. Deputado Honório Novo, com certeza, não consegue ouvir bem as respostas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E desvirtua este intimismo desta pergunta/resposta, que já de si não é muito simpático.

A Sr.ª Presidente: — Faz favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. também referiu, há momentos, que soube que o Banco Insular era uma espécie de banco correspondente – ali+as, suponho que foi este o termo que usou.

Precise-me, exactamente, quando é que tomou conhecimento do Banco Insular.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Algures, ainda eu era director. Portanto, ouvia falar do Insular mas como um banco correspondente do BPN e não como um banco efectivamente. Portanto, já era falado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, desde que entrou para o Grupo, em 2002?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, talvez 2005 ou 2006, não sei precisar.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Antes de ser administrador?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, antes de ser administrador, exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, digamos que a existência do Banco Insular era conhecida não só a nível dos administradores, porque o senhor não o era, na altura, mas admite que o Banco Insular fosse do conhecimento de quadros do seu nível, isto é, intermédios?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, nessa perspectiva e não numa perspectiva de captar depósitos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, este conjunto de quadros, em que o senhor se incluía como director, tinha a noção perfeita de que existia um banco chamado Banco Insular e que era – julgava o senhor – correspondente. Ora, sendo correspondente, tem relações com o BPN.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Com certeza.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, não há dúvida que, para além dos administradores que soubessem, sabiam também da existência

do Banco Insular directores, como, por exemplo, o senhor e, certamente outros?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu não sei os outros que sabiam, estou a falar por mim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas acha isso admissível?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Pode ser.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito obrigado. Isso era importante concluir.

O Sr. Dr., ao Deputado Nuno Melo, há pouco, disse, a propósito dos relatórios da auditoria interna, enquanto director e também enquanto administrador – eu não fiquei bem com essa ideia precisa, se assim era – que nunca soube do teor dos relatórios de auditoria interna.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Relatórios ao banco. É isso? Só para precisar, não é? Estou a falar do banco.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mesmo enquanto administrador!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., quem é administrador de um banco sabe que há sistemas de revisão e auditoria de contas internas e externas e sabe que a auditoria interna é feita anualmente.

O senhor é administrador do banco, desde o princípio de 2006. Acho que, se estivesse na sua pele, logo uma das minhas primeiras preocupações, enquanto administrador de um banco, se alguma vez o fosse...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Mas a estava a falar-me de auditoria interna ou externa?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Estou a falar de auditoria interna.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, auditoria interna, porque se fosse externa eu tinha conhecimento, como é óbvio. Agora interna...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas a questão que lhe coloco é esta: acho que, se estivesse na sua pele, uma das minhas preocupações, enquanto administrador, era perceber o que é que aqueles que me fiscalizam, que me auditam internamente, diziam sobre a instituição de que sou administrador.

O Sr. Dr., pelos vistos, não só nunca tive essa preocupação como nunca soube da existência.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, aqui não é uma questão de preocupação, ou seja, as auditorias internas que se faziam eram auditorias

internas à rede de agências no seu circuito normal. Era essa que eu acompanhava. Eu não tinha a gestão de topo, portanto, não tinha a preocupação de saber, e também nunca ninguém me facultou, se havia auditorias internas ao BPN SA e ao BPN SGPS.

O Sr. Honório Novo (PCP): — «Se é que havia», Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, se é que havia, eu desconheço.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não é uma obrigação de qualquer banco?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Pois, mas eu não sei se havia auditorias internas globais, gerais.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr., como administrador de um banco, está a dizer-nos que não sabe que qualquer banco, em qualquer parte do mundo – naturalmente que não seja um banco fictício, nem de fachada – tem auditorias internas?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Nunca me foi facultada uma auditoria interna sobre o banco global.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Uma coisa é facultar; outra coisa é existirem e terem existido.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei se existem.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ah, o senhor não sabe se existem?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não sei, não posso estar a afirmar uma coisa que não me foi facultada.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu nunca fui administrador de um banco, Sr. Dr., mas garanto-lhe que, se alguma vez fosse, tinha a certeza que havia auditorias internas.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu também era um administrador com pouco experiência, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas já trabalhava no banco, há não sei quanto tempo?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Era um simples quadro do banco.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., eu não quero insistir, só quero evidenciar este facto que não é, na minha opinião, desprezável.

Também referiu, no início desta audição, que se apercebeu, em 2007 (suponho que foi em 2007), da existência do diferencial entre aquilo que são as Contas Investimento e aquilo que é a rentabilidade das aplicações em unidades de participação nos fundos fechados e que,

portanto, isso se traduzia num prejuízo para o banco de que o senhor era administrador.

E a questão que coloco é a seguinte: o senhor, perante a evidência de que existia um prejuízo, tendo pegado, em 2006, numa carteira de 500 milhões de euros – foi o valor que referiu – não se preocupou em saber qual era o prejuízo estimado, ao longo dos anos, em que essa carteira se avolumou e chegou às suas mãos com 500 milhões?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca avaliou qual foi o prejuízo estimado? Quando se apercebeu da diferença, nunca se preocupou em saber?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Foi feita uma análise sobre os prejuízos que vinham acumulados, pelo menos de 2006 e 2007, e foi com base nisso que tomei a medida de...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Pois, mas qual era o prejuízo estimado?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Agora, não me recordo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Era de 10 milhões de euros? De 20 milhões? Mais do que 50? Menos de 50?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não, era na ordem, talvez, dos 10 milhões. Não tenho a certeza, mas não era um número de grandeza muito elevado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, decidiu isso, em função dessa estimativa...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Por constatação!

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... de deixar de comercializar o produto. Mas decidiu quem? O senhor?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Esta questão nunca foi discutida no conselho de administração?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — A questão foi discutida relativamente a esta matéria, só que aquilo que estava previsto era enquadrar o investimento de forma standardizada e, na altura, houve alguma relutância em acabar e eu acabei de forma informal. Está a perceber?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Significa que o senhor nunca propôs, no conselho de administração, terminar com a comercialização...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não permitiam essa situação de acabar com a comercialização do produto. Não era permitido.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não permitiam ou foi rejeitada a sua sugestão, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não era permitida...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Vamos objectivar, porque isto é relevante.

Repare, eu tenho uma preocupação, nas perguntas que faço a administradores e a accionistas, que é responsabilidade colectiva. Estes órgãos, já disse ontem e repetirei as vezes que forem necessárias, são órgãos colectivos que decidem orientações ou mudanças de rumo estratégicas ou operacionais, de uma forma colectiva e, portanto, através de decisões tomadas pelo órgão.

E, portanto, a questão que lhe coloco é a seguinte: o senhor verifica que o banco, de que é administrador, na sua área tem um prejuízo de um produto, um prejuízo resultante de operacionalização interna deficiente, de má gestão. Naturalmente, a preocupação do administrador é colocar a questão no conselho de administração. O senhor colocou-a formalmente?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Formalmente não. Coloquei-a informalmente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não há, portanto, nenhuma proposta...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Se eu for consultar as actas, isto está registado?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não está.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não está! Nem a decisão de terminar com o produto?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Isso está escrito através de *e-mail* meu.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas orientando os seus inferiores hierárquicos?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E não decorrente de uma decisão...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Na altura, foi do conhecimento de alguns membros do conselho de administração. Portanto, isso foi comunicado por *e-mail*.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem. Também mostra uma forma *sui generis* de funcionar.

Sr. Dr., o senhor, que era administrador da área comercial, diga-nos: que relação é que tinha com o BPN Crédito?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — A área comercial comercializava alguns produtos do BPN Crédito, nomeadamente o *leasing*. Portanto, a relação era essa, essencialmente. Eu não participava na gestão da BPN Crédito. Nunca participei.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca participou na gestão, isto é, nominalmente não fazia parte dos...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, não fazia nem decidia as operações de crédito da BPN Crédito.

O Sr. Honório Novo (PCP): — As decisões tomadas na BPN Crédito nunca passaram por si.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., havia uma terminologia usada na área comercial em toda esta área do banco, BPN Créditos, BPN Leasing, BPN Fundos e não sei se também na rede comercial, que era a existência de contratos atípicos. Essa expressão é conhecida do Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não estou a perceber a pergunta de «contratos atípicos», de que tipo?

O Sr. Honório Novo (PCP): — «Contratos atípicos» é uma terminologia vulgar.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — De que tipo?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Atípicos!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconheço isso. Nunca vi. Contratos atípicos!?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca tomou conhecimento de contratos efectuados, eventualmente, em nome de pessoas, através de registos de identificação de pessoas que, eventualmente, não tivessem conhecimento da existência dos contratos em nome deles?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconheço completamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Por isso é que se chamam atípicos. É uma terminologia informal para caracterizar a inexistência de uma das partes.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconheço completamente, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não conhece? Nunca no seu pelouro se falou na existência desta figura?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, para mim, é novidade.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., esta questão já foi colocada aqui pela Sr.^a Deputada Leonor Coutinho mas eu vou insistir: não lhe passou pelas mãos um crédito em nome de José Eduardo Serpa?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não me recordo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não!?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, me lembro, não me diz nada esse nome.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não!?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Provavelmente pode ter passado, eu é que não me lembro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E diga-me uma coisa: na sua área de origem, houve créditos concedidos da sua rede de agências a uma empresa chamada Carreira & Filhos?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Houve, houve.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E é capaz de me caracterizar quem, como, quando e porquê?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — É um cliente antigo do banco.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Jorge Pessoa e o senhor, como directores regionais, não sei se têm possibilidades de conceder créditos a empresas nos quais haja participações de familiares dos directores?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Normalmente, o que acontecia, e que estava devidamente regulamentado, é que todas as operações de familiares de qualquer colaborador era o conselho de administração que decidia. Sempre foi assim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Conselho de administração do banco...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Do Banco BPN SA.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E o senhor ou o Sr. Jorge Pessoa tiveram alguma situação deste género, ou seja, empresas com familiares a quem...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu tive a minha irmã, que tem um crédito no banco, mas eu nunca intervim nessas operações.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E era decidido em conselho de administração?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E está reflectido nas actas?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E o senhor conhece o Sr. Fernando Real ou o Sr. Eng. Acácio?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Conheço.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E esses senhores têm algum contrato de crédito concedido por si e que, eventualmente, não tenha sido cobrado?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Por mim, não. Penso que não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E uma empresa chamada Cinco-G? Tem a certeza Sr. Dr.? Veja se se recorda bem?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Tenho a certeza. Recordo-me da Cinco-G, mas não há crédito concedido à Cinco-G, que eu saiba.

O Sr. Honório Novo (PCP): — 5 milhões de euros é um crédito que não lhe diz nada?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Eu, pelo menos, não intervimos na concessão desse crédito. Estou a achar muito...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, quem é que terá?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não faço a mínima ideia.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Jorge Pessoa? Pode ser?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, penso que não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, esta empresa não tem nenhum crédito no BPN deste valor?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — A Cinco-G, no BPN-SA? Acho que não! 5 milhões? Não tenho ideia alguma...

O Sr. Honório Novo (PCP): — E um crédito de outro valor?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não tenho ideia alguma, sinceramente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Tem a certeza, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Tenho quase a certeza absoluta.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quase?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Cinco-G?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Cinco-G, Fernando Real, Eng. Acácio...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Vamos lá ver uma coisa: provavelmente, são capazes, eu sei que são clientes, agora eu não sei é os valores, não me parece...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Têm o crédito completamente em dia, digamos assim?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não faço a mínima ideia. Não sei se tem crédito em dia, porque, como lhe digo, não estou, neste momento, no activo. Não faço ideia.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Voltemos à relação com o Dr. Vakil.

Mas, antes de irmos lá, deixe-me confirmar, primeiro, uma situação que é a seguinte: o senhor foi administrador do BPN antes da mudança da administração Oliveira e Costa para Vakil e, depois, esteve até Julho, até à mudança para o Dr. Miguel Cadilhe.

Foi-nos dito, aqui, por vários intervenientes que existia uma enorme quantidade de questões por responder dirigidas pelo Banco de Portugal, quer à SLN quer ao BPN. E suponho ter ouvido, há bocado, dizer que nunca tinha ouvido falar destas questões colocadas, ou seja, questões por responder.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Nunca tive conhecimento da troca de correspondência.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nem em 2006?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Nem em 2007. Só tive em 2008, na gestão do Dr. Vakil.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E eram questões dirigidas, concretamente, ao BPN?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Penso que eram questões dirigidas ao BPN. Pelo que me recordo, na altura, penso que era ao BPN. Não sei se havia mais questões, mas era essencialmente ao BPN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E questões anteriores a 2008?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Isso eu não sei se eram anteriores a 2008, mas presumo que sim, que haveria algumas questões anteriores.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Dr. Vakil informou-o?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Informou, sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas não as datou?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, foi um levantamento que foi feito, na altura, pelo director respectivo, sobre os casos que estavam em aberto e como eu não fazia parte dos grupos de trabalho, não...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Uma das afirmações mais peremptórias que existe no famosíssimo documento *Estado da nação* nas suas quatro versões, a preliminar e as três oficiais – não é assim, Sr. Deputado Nuno Teixeira Melo?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não sei! Não sei!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Uma das afirmações mais peremptórias, dizia eu, é a insuficiência de provisões no BPN, em torno de vários grandes devedores e em torno de créditos a empresas do grupo SLN.

O Sr. Dr. é administrador da área comercial, diga-nos: o que é que sabe sobre isto?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Que tipo de provisões? É que eu desconheço o documento. Previsões específicas? Crédito vencido?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente, crédito incobrado.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não sei o que lhe possa dizer ou seja...

O Sr. Honório Novo (PCP): — São cerca de 70 milhões de euros.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — A empresas do Grupo?

O Sr. Honório Novo (PCP): — A empresas do Grupo SLN e a grandes devedores.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconhecia que houvesse provisões, constituídas em empresas do Grupo!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, Sr. Dr., o problema é que não existiam as provisões.

Portanto, existia o crédito concedido, existia o não pagamento do crédito e não existiam as provisões correspondentes a este nível.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sr. Deputado, desconheço que no crédito concedido a empresas do Grupo houvesse atrasos ou incumprimento nas suas responsabilidades.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E a grandes devedores, individualmente considerados ou aparentados? É área comercial, é crédito, ou não?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, mas vamos lá ver uma coisa...

O Sr. Honório Novo (PCP): — E é BPN, não é SLN!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, mas todo o crédito em que havia incumprimento, as provisões eram constituídas, ou seja, não havia aqui qualquer...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Como é que explica, então, que o tal documento, no final de 2007, ainda antes da mudança da administração Oliveira e Costa/Vakil, e depois confirmada durante a administração Vakil, fale em provisões insuficientes, por estas razões, na ordem, salvo erro, de 70 milhões de euros?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Eu desconhecia esse valor em provisões tão elevado, sinceramente. Acho muito 70 milhões...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, qual é que achava plausível, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Agora não me recordo bem, mas penso que, na altura, andava na ordem dos 20 ou 30 milhões.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Na sua área?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, sim!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E por causa de quê, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Por causa de vários créditos, ou seja, as provisões por imparidade é algo que é uma estimativa de perdas que nós, os bancos, constituímos. Não quero dizer que o crédito não venha a ser reembolsado, porque, muitas vezes, existem colaterais garantias que estão associadas. Mas à medida que um cliente vai entrando em incumprimento, é obrigação do banco constituir as chamadas imparidades. Mas pode, a qualquer momento, a empresa ter condições para solver o compromisso e essas imparidades serão anuladas. Mas, como lhe digo, sinceramente não sei, eu só acho um valor muito grande de grupo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., para terminar, só uma pergunta, a que, sei, já respondeu, mas eu queria recordar-me, porque não ouvi bem e queria precisar.

Suponho que terá dito que soube ou sabia ou ouviu falar da existência de pagamentos de honorários ou de prémios, em numerário, a administradores.

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Desconhecia completamente, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ah, nunca ouviu falar?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, nunca ouvi.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não falou disto hoje?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Pareceu-me ter ouvido!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não, eu desconhecia isso. Eu, da minha parte, nunca recebi. Desconhecia que se pagava...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ah, desconhecia também!

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, desconhecia.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca tinha ouvido falar?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Que havia administradores que recebiam, desconhecia.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

A Sr.ª Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É só uma pergunta, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., agradecendo, desde já, e reiterando este agradecimento, porque avançou em alguns dados importantes, principalmente em relação à penúltima administração do BPN e também em relação à questão daquele negócio de Oeiras, que vamos tentando aqui esclarecer mais qualquer coisinha, há ainda uma dúvida, que me perpassa e, certamente, a quem nos ouve, e que tem que ver com o conhecimento do que acontecia, o que não tem que ver com responsabilidade pelo que acontecia.

O Sr. Dr. não assinou as contas, porque detectou uma diferença entre o que estava no balanço e o que conhecia do que estava na rede. Será assim?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — É correcto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estamos a falar de uma quantia de cerca de 400 milhões de euros?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Sim, mais ou menos isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A questão é a seguinte: como é que o Sr. Dr. não detectou essa diferença nos anos anteriores? Isto porque essa diferença existe...

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Enfim, mas eu, como lhe digo, nunca me apercebi da situação. Mas é fácil perceber, ou seja, é preciso, se calhar, às vezes, estar mais atento. E eu, quando entrei em 2006, tive um trabalho muito árduo, nomeadamente com a alteração à estrutura comercial e à implementação da segmentação, portanto eu andava muito fora e estava menos tempo dentro de casa... E quem anda, às vezes, fora não se apercebe, muitas vezes, do que é que se passa dentro de casa. Essencialmente, é isso!

Eu entrei em 2006 e só em 2007 é que, digamos, comecei a ter mais consciência das coisas e a conhecer mais a casa. É normal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, já agora e para terminar, pergunto-lhe: o Dr. Vakil, nas reuniões que manteve, comunicou o âmbito do que era transmitido ao Banco de Portugal nas reuniões que aconteciam entre administração do BPN e Banco de Portugal, ou não?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — No BPN SA, que me recorde, não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, o Sr. Dr. não sabe o âmbito dessas conversas?

O Sr. Dr. Teófilo Carreira: — Não. Essas eram mais ao nível da SLN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, é tudo.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigada.

Os Srs. Deputados estão satisfeitos? Não querem colocar mais nenhuma questão?

Pausa.

Então, sendo esse o caso, queria agradecer muito ao Sr. Dr. Teófilo Carreira as explicações e as respostas que nos deu e pedir desculpa pelo atraso no início desta reunião.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 15 minutos.